



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana traz decisões de política monetária no Brasil, EUA e Europa. No Brasil, Copom deve iniciar ciclo de queda da taxa Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve iniciar mais um ciclo de flexibilização monetária nesta quarta-feira (18), apesar das incertezas trazidas pela guerra no Irã. Ao que tudo indica, os desdobramentos da guerra ainda não são suficientes para evitar que o BC comece a reduzir os juros, dado que a economia segue em processo de desinflação, apesar de alguma decepção recente ([conforme resultado do IPCA de fevereiro](#)), enquanto a atividade continua em desaceleração como confirmado no resultado do PIB do 4º trimestre de 2025. Contudo, o consenso em torno de um corte de 0,5 pp para a reunião deixou de existir e a maioria do mercado agora espera uma postura mais cautelosa do BC, com um corte de apenas 0,25 pp. Há argumentos em ambas as direções. De um lado, o nível corrente dos juros (em 15% aa) é bastante elevado, superior a 10% em termos reais, o que implica que, mesmo com a redução da Selic, a política monetária seguirá bastante contracionista. De outro, a forte escalada do preço do petróleo e do dólar, em menor magnitude, traz uma dose relevante de incerteza e possibilidade real de a inflação voltar a acelerar no curto prazo, [apesar da medida adotada pelo governo de desonerar/subsidiar o diesel](#), que tem potencial limitado para conter a inflação. Portanto, dado que o cenário segue bastante volátil, sem perspectiva de um fim iminente da guerra e com possíveis impactos de médio prazo no preço do petróleo, o mais provável é que o Copom adote uma postura mais conservadora e corte a Selic em apenas 0,25 pp, podendo acelerar o ritmo nas próximas reuniões caso o cenário melhore.

Os indicadores mensais de atividade devem registrar crescimento em janeiro. O Banco Central divulgou nesta manhã o resultado do índice IBC-Br de atividade econômica, que subiu 0,78% no mês, devolvendo a queda de dezembro (-0,15%), refletindo a expansão da indústria e de serviços. Na terça (17), a FGV publica o resultado do Monitor do PIB, que também deve mostrar crescimento no mês. No geral, os indicadores de atividade trouxeram números positivos em janeiro, com [destaque para o varejo](#), sugerindo alguma aceleração da atividade neste 1º trimestre, que se beneficia da elevação do salário-mínimo, isenção do IR para trabalhadores com renda até R\$ 5 mil (neste caso, com efeito mais visível a partir de fevereiro) e da contínua expansão do crédito.

No campo inflacionário, a FGV divulga o índice IGP-10 nesta terça (17), que deve seguir em deflação. A expectativa do consenso é de queda de 0,27% no período, a segunda seguida (-0,42% em fevereiro), beneficiado pela nova queda dos preços agropecuários no atacado. No acumulado em 12 meses, o IGP-10 deve registrar deflação de 2,57% (ante -2,26% em fev/26).

No cenário internacional, as atenções seguem concentradas na guerra no Oriente Médio e no noticiário sobre a oferta global de petróleo. Os agentes seguirão reagindo às declarações de Donald Trump e de sua equipe de segurança nacional para tentar entender quando os objetivos do país no conflito podem ser alcançados. Na última semana, o preço do petróleo voltou a superar a marca de US\$ 100 por barril (tipo *Brent*), apesar da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) ter feito a maior liberação emergencial de sua história (400 milhões de barris) e da suspensão por 30 dias pelos EUA das sanções contra o petróleo russo. Enquanto isso, investidores também monitoram os ataques do Irã a infraestrutura de outros países e os efeitos de médio prazo sobre a capacidade de oferta do produto.

Quanto à agenda internacional, destaque para as reuniões de política monetária nos EUA e na Europa. Em ambos os casos, os juros devem permanecer inalterados, em meio às incertezas quanto ao impacto da alta do petróleo na inflação. Nos EUA, o Fed se reúne nesta quarta (18) e deve manter os *Fed Funds* estáveis pela 2ª reunião seguida, entre 3,50% e 3,75% aa. O mercado já tinha essa expectativa antes da guerra, dado que a inflação segue acima da meta, enquanto a atividade ainda mostra certa resiliência no país, sustentada pelos fortes investimentos no setor de tecnologia. Contudo, com a eclosão da guerra, o Colegiado deve adotar um tom mais cauteloso, podendo, inclusive, apontar que pode voltar a subir os juros, caso os efeitos da guerra se intensifiquem sobre a inflação. Atenção também para as novas projeções do Colegiado, incluindo a trajetória prevista para os juros.



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

- **Na Europa, o BCE também deve manter os juros estáveis na reunião de quinta (19).** A inflação no continente vinha mostrando bons números, rodando pouco abaixo da meta de 2% da região. Contudo, as incertezas em torno da guerra também devem levar o BCE a adotar uma postura conservadora e sinalizar que pode voltar a subir os juros caso o conflito se prolongue e gere efeitos de médio prazo nos preços.
- **Com relação aos dados, serão conhecidos números de inflação e atividade dos EUA.** Hoje (16) pela manhã será divulgada a produção industrial, enquanto na quarta (18), será conhecida a inflação ao produtor (PPI). Ambos os dados são referentes ao mês de fevereiro, ainda sem os efeitos da guerra.
- **Na China, ontem (15) à noite foram divulgados os dados da indústria e do varejo do 1º bimestre de 2026. Os setores registraram altas** de 6,3% e 2,8% ante o mesmo período de 2025, respectivamente, registrando ligeira aceleração ante os dados de dezembro (+5,2% e +0,9%), embora a expectativa ainda seja de alguma acomodação da economia chinesa ao longo deste ano.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
16/mar	BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br)	Jan/26	0,90% m/m 1,60% a/a	-0,2% m/m 3,1% a/a
17/mar	FGV: Monitor do PIB	Jan/26	-	0,0% m/m 2,2% a/a
17/mar	FGV: IGP-10	Mar/26	-0,27% m/m -2,57% a/a	-0,42% m/m -2,26% a/a
18/mar	BCB: Reunião de Política Monetária do Copom	-	14,75% aa	15,0% aa

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
16/mar	China	Produção Industrial	1º bimestre/26	5,3% a/a	5,2% a/a
16/mar	China	Vendas no varejo	1º bimestre/26	2,5% a/a	0,9% a/a
16/mar	EUA	Produção Industrial	Fev/26	0,1% m/m	0,7% m/m
17/mar	EUA	Vendas de casas pendentes	Fev/26	-0,7% m/m	-0,8% m/m
18/mar	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Fev/26	0,3% m/m 3,0% a/a	0,5% m/m 2,9% a/a
18/mar	EUA	Fed: Reunião de Política Monetária	-	3,50% aa; 3,75% aa	3,50% aa; 3,75% aa
18/mar	Zona do Euro	Inflação ao Consumidor (CPI)	Fev/26 - final	0,7% m/m 1,9% a/a	-0,6% m/m 1,7% a/a
19/mar	Zona do Euro	Reunião de Política Monetária	-	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa	2,00% aa; 2,15% aa; 2,40% aa
19/mar	EUA	Vendas de casas novas	Jan/26	-2,7% m/m	-1,7% m/m
19/mar	EUA	Estoque no Atacado	Jan/26	0,2% m/m	0,2% m/m
19/mar	China	Taxas de empréstimos Prime (1 ano e 5 anos)	Mar/26	3,00% aa; 3,50% aa	3,00% aa; 3,50% aa

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPCA decepciona, enquanto dados de atividade mostram reação em janeiro

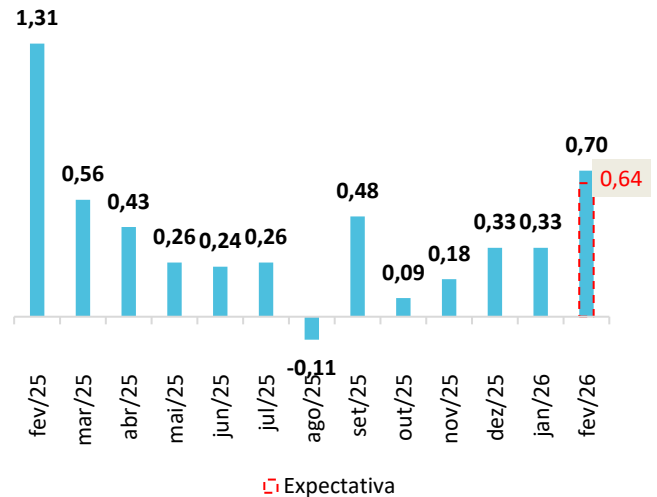
A inflação medida pelo IPCA subiu 0,70% em fevereiro, acima do esperado (0,64%) e confirmando o quadro menos favorável já sinalizado pelo IPCA-15. O resultado se soma às preocupações com os efeitos da guerra, que impõe um viés de alta para as expectativas do ano. Ainda assim, no acumulado em 12 meses, o indicador desacelerou para 3,81% (ante 4,44%), o menor nível desde abril de 2024.

A alta no mês foi disseminada em todos os 8 grupos pesquisados. Destaque para os avanços do grupo de educação (+5,21%) e transportes (+0,74%), juntos responsáveis por 67% da alta do IPCA no período. No caso da educação, a alta é comum para o mês devido aos reajustes anuais das mensalidades, computados em fevereiro. Porém, a elevação neste ano foi maior do que a observada em fev/25 (+4,70%). Já a alta do grupo transportes refletiu o avanço das passagens aéreas (+11,40%), do seguro voluntário de veículos (+5,62%) e do ônibus urbano (+1,14%), que contou com reajustes tarifários em algumas capitais. Ainda neste mesmo grupo, o recuo da gasolina (-0,61%) compensou parcialmente as altas, após a Petrobras reduzir os preços para as distribuidoras no fim de janeiro.

Outros grupos relevantes, como alimentação e bebidas, de maior peso no índice, subiu 0,26% no mês, após alta de 0,23% em janeiro. Já o grupo habitação, por sua vez, subiu 0,30% no mês, revertendo a queda de janeiro (-0,11%), pressionado pelos reajustes das taxas de água e esgoto (+0,84%) e aluguéis (+0,43%).

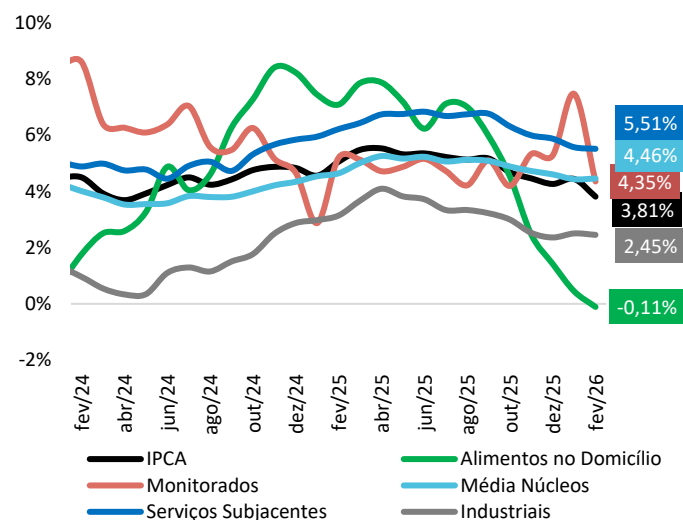
A maioria das métricas subjacentes seguiu desacelerando no acumulado em 12 meses, embora algumas mostrem números menos positivos. A inflação dos alimentos no domicílio segue puxando o IPCA para baixo, com deflação de 0,11%, menor valor desde dez/23 (-0,52%). Os bens industriais continuam em baixo patamar (2,45%; ante 2,50%), beneficiados pelo câmbio comportado até então. Os preços monitorados também desaceleraram (4,35%; ante 7,47%), com a normalização após o Bônus de Itaipu em jan/25 (efeito base). Já o núcleo dos serviços deu sinais de estabilização (5,51% ante 5,57%) em alto patamar, enquanto a média dos núcleos registrou ligeira aceleração (4,46% ante 4,43%), interrompendo uma sequência de cinco meses de desaceleração.

Quadro 1: IPCA
Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e Aberturas
Var. % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Portanto, a leitura manteve a trajetória de desinflação da economia, mas de forma menos benigna e com sinais não tão positivos em medidas importantes de inflação (serviços e média dos núcleos). Além disso, a elevação recente do preço do petróleo no mercado internacional, e do dólar em menor magnitude, impõe um claro risco de alta para a trajetória da inflação deste ano.

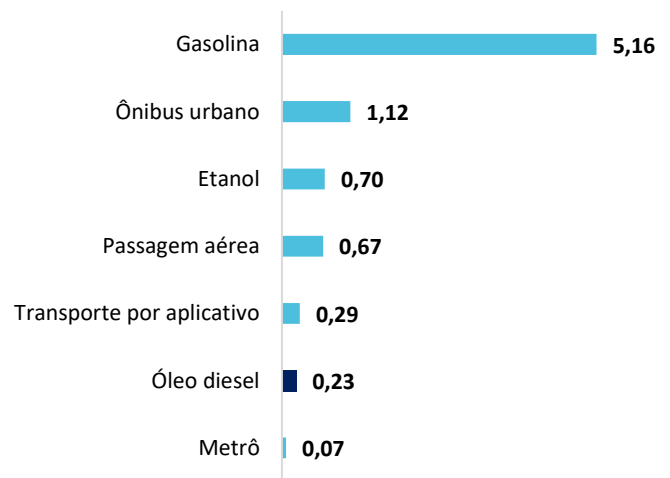
Como resposta, o governo decidiu isentar o diesel de PIS/Cofins e ainda estabelecer uma subvenção para o produto de forma temporária. Ambas as medidas devem reduzir o preço do diesel em R\$ 0,64/litro. A subvenção terá um custo fiscal limitado a R\$ 10 bi no ano (ou seja, durará até consumir este montante), enquanto a isenção do PIS/Cofins geraria um custo fiscal anual de R\$ 20 bi, segundo as estimativas oficiais do governo. Como compensação, será imposta uma alíquota de 12% sobre as exportações de petróleo bruto, com potencial de gerar arrecadação anual próxima a R\$ 30 bi, tornando a medida relativamente neutra do ponto de vista fiscal. A princípio, as medidas devem durar 4 meses.

Do ponto de vista da inflação, o projeto tem pouco efeito direto. O diesel representa apenas 0,23% do índice IPCA, enquanto a gasolina, por exemplo, tem peso de 5,16%. Portanto, a importância do diesel sobre a inflação (IPCA) é indireta, dado seu efeito sobre o custo do transporte, que afeta os preços dos bens e serviços em geral. Além disso, como o preço do produto atualmente possui alta defasagem em relação ao mercado internacional, a medida apenas compensará parte da alta de preços já anunciada pela Petrobras nesta última sexta (de R\$ 0,38/litro) e eventual novo reajuste. Ainda, a manutenção do preço do petróleo em patamar elevado tende a pressionar outros itens, como a gasolina ou o preço das passagens aéreas (querosene de avião).

Portanto, a opção do governo por desonerar/subsidiar o preço do diesel possui limitações do ponto de vista de controle inflacionário. A estratégia foi atuar no produto mais afetado até o momento pela guerra (diesel) e evitar uma piora muito significativa no segmento de transportes, que traz impactos para toda a cadeia produtiva. Porém, isso não evita que outros combustíveis/itens, inclusive com maior peso direto no IPCA, impactem o índice, caso o preço do petróleo siga elevado no mercado internacional e sofram reajustes no mercado doméstico.

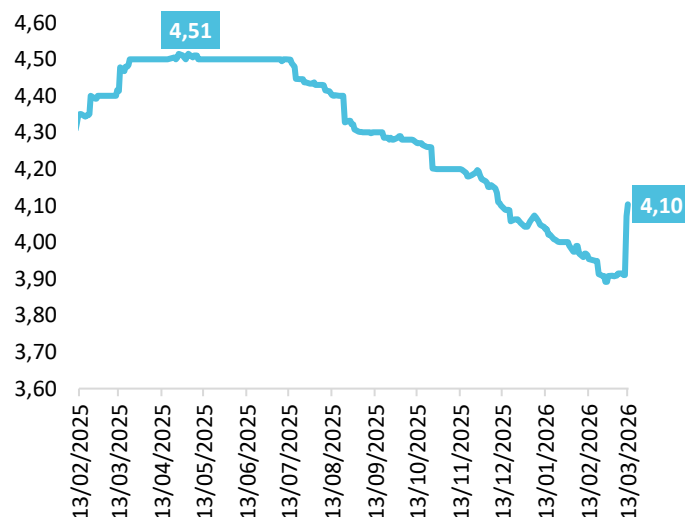
Dessa forma, o mercado segue ampliando as apostas que o Copom cortará a Selic em apenas 0,25 pp na reunião desta semana, ante expectativa quase unânime em um corte de 0,50 pp até a eclosão da guerra (fim de fevereiro), conforme Quadro 5.

Quadro 3: Peso de alguns itens no IPCA (Grupo Transportes) - % do total



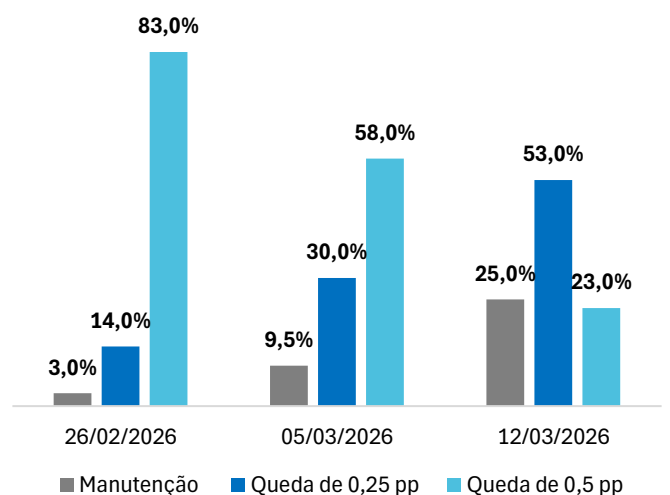
Fonte: IBGE

Quadro 4: Evolução da Expectativa para o IPCA de 2026 % a.a.



Fonte: BCB

Quadro 5: Decisão do Copom na Reunião desta Semana Evolução da Probabilidade por Cenário



Fonte: Opção de Copom/B3

A atividade econômica surpreendeu positivamente em janeiro, indicando um início de ano mais forte do que o esperado, segundo dados do IBGE. Assim como observado na Indústria, o setor de Serviços e o Varejo apresentaram resultados acima das expectativas, revertendo o desempenho negativo registrado em dez/25. Apesar da melhora em janeiro, o desempenho dos setores ainda não evidenciam uma reversão do processo de desaceleração econômica, mas sugerem um 1T26 mais dinâmico, possivelmente com intensidade superior à inicialmente projetada.

A PMS/IBGE indicou que o setor de Serviços registrou crescimento de 0,3% em janeiro, levemente acima da expectativa de 0,2%. Na comparação interanual, o setor manteve os resultados positivos, com alta de 3,3% ante jan/25, além de leve aceleração no indicador acumulado em 12 meses, que atingiu 3,0%, maior alta desde set/25 (ver Quadro 7). Esse movimento sugere um processo de estabilização em elevado patamar do ritmo de expansão do setor de serviços, que tem maior peso na economia.

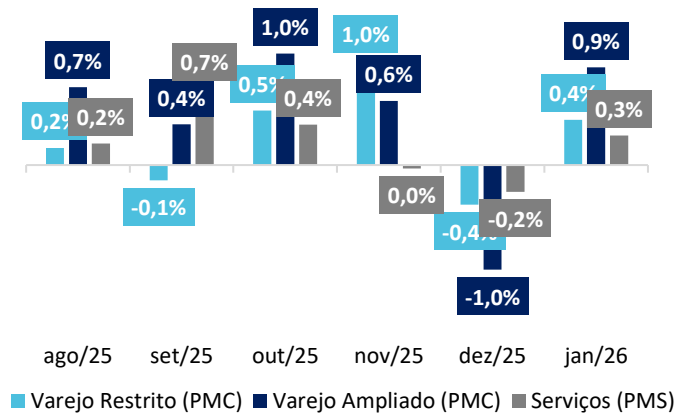
A análise da abertura setorial revela que, apesar dessa estabilização, o crescimento dos serviços tem passado por mudança nos vetores de dinamismo. Os serviços prestados às famílias perderam fôlego tanto na margem, com retração de 1,2% em jan/26 frente a dez/25, quanto no acumulado em 12 meses, que desacelerou de forma significativa, passando de +4,2% em jan/25 para +1,0% em jan/26.

Em contrapartida, os serviços de transporte (+0,4%) e os serviços de informação (+1,4%) foram as principais fontes de dinamismo no mês. Destaca-se entre os serviços de informação, o segmento de tecnologia da informação (+3,4% ante dez/25), que apresentou crescimento expressivo e manteve aceleração no indicador acumulado em 12 meses (+12,3%), configurando-se como um dos principais impulsionadores da atividade.

O setor de Varejo também iniciou 2026 em recuperação frente a dez/25, conforme a PMC/IBGE. O setor registrou crescimento mensal de 0,4% no conceito restrito e de 0,9% no ampliado (com veículos, materiais de construção e atacarejo). O resultado superou a expectativa do mercado, que apontava para uma leve retração de 0,1% no mês. Esse desempenho compensou a queda observada no último mês de 2025, levando o indicador a patamar semelhante ao observado em nov/25.

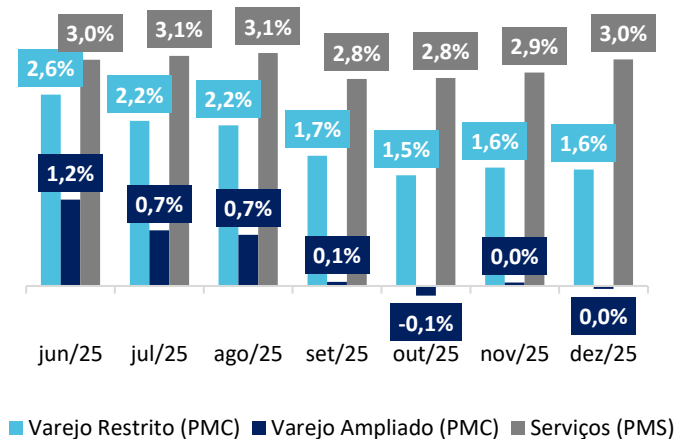
Apesar de a comparação interanual ainda indicar um cenário positivo para o varejo (+2,8% ante jan/25), a perda de dinamismo persiste no acumulado em 12 meses (+1,6%), sugerindo ainda não haver uma clara reversão da tendência de desaceleração do setor.

Quadro 6: Indicadores de Atividade Econômica Var % Mensal (dessazonalizada)



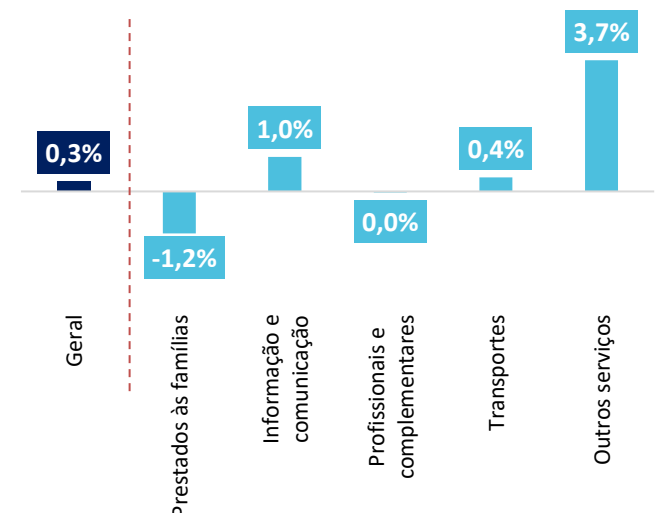
Fonte: IBGE.

Quadro 7: Indicadores de Atividade Econômica Var % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE.

Quadro 8: Setor de Serviços - Por Segmento Var. % Mensal em Jan/26 ante Dez/25

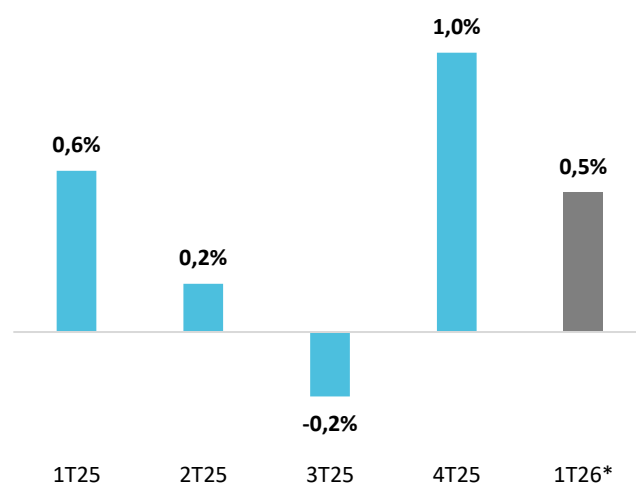


Fonte: IBGE.

Na abertura setorial, seis dos dez segmentos pesquisados apresentaram resultados positivos em jan/26 frente a dez/25, com destaque para artigos farmacêuticos (+2,8%), veículos (+2,8%), materiais de construção (+3,4%) e vestuário (+1,8%). No grupo de consumo mais associado à renda corrente, supermercados registraram crescimento de 0,5%, evidenciando resiliência do consumo das famílias. Por outro lado, móveis e eletrodomésticos permaneceram estáveis, enquanto combustíveis e lubrificantes registraram retração mais expressiva, de 1,3% no mês.

Os resultados de janeiro deixam um *carry-over* mais significativo para o Varejo no 1T26, estimado em 0,5%, tanto no conceito restrito quanto no ampliado. Para o setor de Serviços, o carregamento é mais modesto, em 0,1%. Esse quadro reforça a percepção de um crescimento mais robusto do Varejo no curto prazo, beneficiado pelo aumento da renda das famílias, ainda que sem alterações relevantes para o cenário de crescimento ao longo de 2026, que tende a seguir perdendo dinamismo em relação a 2025.

Quadro 9: Varejo Restrito
Var.% Trimestral e Carry Over para o 1T26



Fonte: IBGE. *Carry Over

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

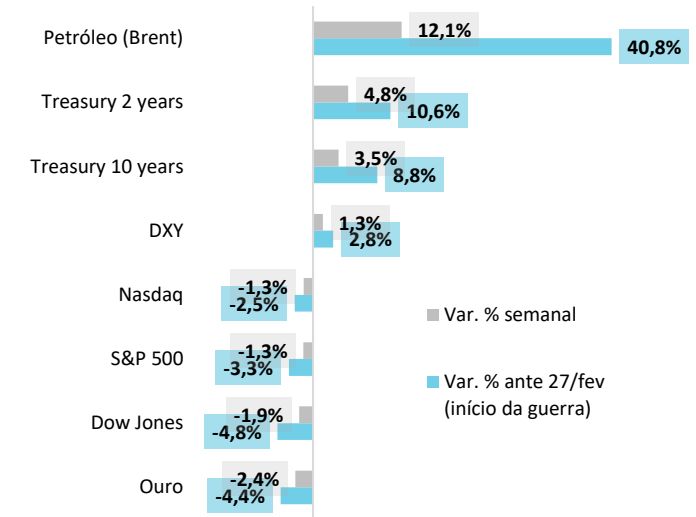
Escalada da guerra provoca estrangulamento logístico e alerta global de inflação

A guerra no Oriente Médio completou duas semanas e segue de certa forma ditando os rumos dos mercados internacionais. EUA e Israel seguem atacando o Irã que, por sua vez, tem retaliado alvos israelenses e norte-americanos, mas também outros países do Golfo Pérsico, além de navios no Estreito de Ormuz, provocando um estrangulamento logístico na região. Com isso, o preço do barril (tipo *Brent*) voltou a subir na semana (+12,1%), permanecendo acima de US\$ 100 por barril, acumulando alta de 40% desde o início da guerra, preocupando as economias do mundo todo quanto aos seus efeitos inflacionários. Respondendo à escalada do preço, a Agência Internacional de Energia (IEA) propôs a liberação emergencial de 400 milhões de barris, a maior de sua história. Com relação aos demais indicadores, as bolsas norte-americanas fecharam a semana em queda, novamente dominadas pelo sentimento de aversão ao risco. Já os rendimentos das *Treasuries* subiram, diante da expectativa de inflação mais persistente.

Quanto aos dados, o CPI subiu 0,3% em fevereiro nos EUA, em linha com o esperado. A alta foi puxada por itens de energia (+0,6%), com destaque para a gasolina (+0,8%), mesmo ainda sem trazer o impacto da guerra. O fato de não incluir tais efeitos acabou tornando a leitura “obsoleta”, no sentido de que o impacto da alta no preço do petróleo deve pressionar ainda mais a inflação nos próximos meses. Em 12 meses, o CPI permaneceu estável em 2,4%. O núcleo do indicador subiu 0,3% no mês, também permanecendo estável (+2,5%) nos últimos 12 meses, pressionado pelos preços de serviços, como saúde (+4,1%) e alugueis (+3,0%). Ainda no âmbito da inflação e sem os efeitos da guerra, a leitura de janeiro do deflator de gastos pessoais (PCE) também veio em linha com o esperado. O PCE subiu 0,3% no mês, desacelerando para 2,8% em 12 meses (ante 2,9% em dez/25). O núcleo acelerou para 3,1% (ante 3,0%), se mantendo em patamar pressionado. Enquanto isso, os gastos pessoais subiram 0,4% em jan/26 (+0,1% em termos reais), sobretudo pelo consumo de serviços, que compensou a queda em bens.

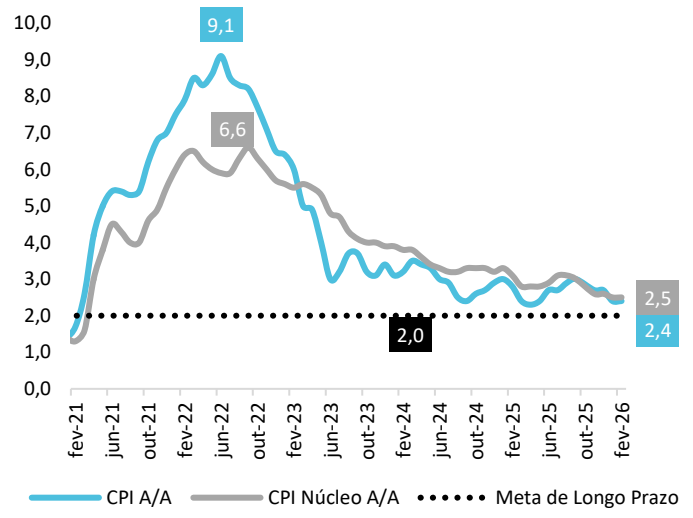
Na China, a balança comercial surpreendeu com números acima do esperado no 1º bimestre. As exportações cresceram 21,8% ante o mesmo período do ano anterior, bem acima do consenso (+7,1%), com a maior expansão dos últimos 4 anos, puxado pela diversificação dos destinos dos embarques diante das tarifas dos EUA. Já as importações, subiram 19,8%, com a demanda interna mais aquecida que o esperado, refletindo políticas de apoio ao consumo.

Quadro 10: Principais indicadores de mercado
Var. % semanal e mensal



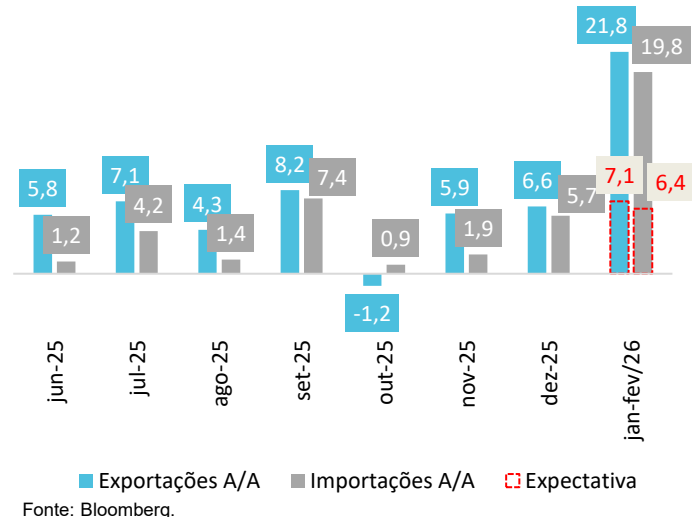
Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI)
Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: China – Exportações e Importações
Var. % ante o mesmo período do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Regulação – Comitê de Estabilidade Financeira do Banco Central (Comef)

CRÉDITO / BANCOS

Comef mantém o Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil em 0%

Em reunião realizada nos dias 11 e 12 de março, o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central manteve o Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACCPBrasil) em 0%. Na prática, isso implica que os bancos seguem sem exigência de alocação extra de capital para as operações de crédito. Tal acréscimo normalmente é estabelecido (com defasagens temporais) pelos Bancos Centrais durante período de expansão mais forte do crédito, para que a parcela de capital acumulada nesse período seja utilizada em momentos de contração, atuando como um colchão anticíclico.

A avaliação do BCB é que os bancos têm mantido voluntariamente níveis de capital e liquidez superiores aos requerimentos prudenciais, com níveis de suficiência comprovados pelos testes de estresse feitos pelo BCB, divulgados na Ata da reunião do Comef e no Relatório de Estabilidade Financeira (REF). Em nota, o Comef recomendou que as IFs mantenham uma gestão prudente de capital e liquidez em virtude das incertezas econômicas e da conjuntura.

Adicionalmente, o Comef considera que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está preparado para enfrentar a materialização de risco de crédito (inadimplência), dado que os bancos seguem com níveis de provisões para as perdas de crédito adequadas. O Comitê também destacou que o crédito continuou desacelerando tanto no segmento bancário quanto no mercado de capitais, em linha com a moderação de crescimento observada na atividade econômica.

Segundo o BC, o cenário atual caracterizado por uma taxa Selic contracionista e elevação dos níveis de inadimplência, comprometimento de renda e endividamento (famílias e empresas), requer cautela e diligência adicionais na concessão de crédito, tanto na qualidade dos empréstimos como no apetite ao risco.

O comunicado também apontou que o Comef acompanha as condições financeiras internacionais, a política econômica das economias avançadas, o reposicionamento das políticas comerciais, além dos movimentos de reprecificação dos ativos financeiros globais e eventos geopolíticos. Mas, diante da reduzida exposição cambial e da pequena dependência de *funding* externo, a exposição do SFN a flutuações financeiras originadas no exterior é baixa.

Diante do cenário destacado, o Comitê considerou apropriado manter o ACCPBrasil em 0%, como resultado das atuais condições financeiras, dos preços dos ativos e das expectativas em relação ao mercado de crédito.

A ata da reunião será divulgada nesta quinta-feira (19), trazendo mais detalhes sobre o encontro. A próxima reunião ordinária do Comef está agendada para os dias 26 e 27 de maio. [Clique aqui](#) para ler o comunicado completo.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	13/03/26	06/03/26	13/02/26	Viés	06/03/26	27/02/26	06/02/26	Viés
IPCA (%)	4,10	3,91	3,95	▲	3,80	3,80	3,80	↔
PIB (% de crescimento)	1,83	1,82	1,80	▲	1,80	1,80	1,80	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	12,25	12,13	12,25	▲	10,50	10,50	10,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,40	5,41	5,50	▼	5,47	5,50	5,50	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	13/03/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,32	1,63%	3,87%	-2,76%	-8,21%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	140,45	2,98%	5,68%	1,40%	-21,92%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,77	0,33%	0,25%	-0,88%	6,12%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,20	5,22%	8,42%	2,87%	-3,77%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,12	3,30%	8,11%	4,73%	-2,86%
Índice Ibovespa (em pontos)	177.653,31	-0,95%	-5,90%	10,26%	41,40%
IFNC (setor financeiro)	18.843,89	-1,89%	-8,53%	8,95%	41,77%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,72	4,39%	10,13%	7,79%	-6,07%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,28	3,34%	8,61%	3,76%	0,20%
Dollar Index	100,50	1,52%	2,96%	2,30%	-3,21%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.632,19	-1,60%	-3,59%	-3,83%	20,12%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	147,06	-4,17%	-7,61%	-11,17%	26,18%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	122,05	-2,68%	-5,35%	-2,56%	12,10%
Índice Euro Stoxx 50	5.716,61	-0,06%	-6,87%	-1,37%	7,29%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	241,22	-1,70%	-10,27%	-8,56%	29,53%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	103,88	12,07%	43,32%	67,76%	48,65%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins